



## **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**RECURSO ESPECIAL Nº 1856147 - PR (2020/0001473-0)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**RECORRENTE : LUIZ FERNANDO DE PAULA LIMA**  
**ADVOGADOS : FÁBIO ROTTER MEDA - PR025630**  
**LUCAS DE SOUSA TAVARES CUNHA - PR054698**  
**RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

### **DECISÃO**

**LUIZ FERNANDO DE PAULA LIMA** interpõe recurso especial, fundado no art. 105, III, "a" e "c", da CF, contra o acórdão proferido na Apelação n. 5006600-17.2017.4.04.7013.

O recorrente, condenado a cumprir penas restritivas de direitos por apropriação indébita previdenciária, assinala que o acórdão estadual é nulo e contraria os arts. 489, § 1º e 1.021, § 3º, ambos do CPC, pois ao julgar a apelação o Tribunal se limitou a reproduzir as razões e os fundamentos da sentença. De mais a mais, foram violados os arts. 168-A, § 1º e 337-A, III, do CP, pois não há prova de autoria delitiva, uma vez que a empresa era administrada, de fato, pelo seu sogro, que tinha o domínio de todas as suas atividades.

Finalmente, a parte aponta interpretação divergente e negativa de vigência aos arts. 283 do CPP e 147 da LEP, porquanto houve determinação de início da execução das penas restritivas de direitos antes do trânsito em julgado da condenação.

Requer a nulidade do aresto, sua absolvição e que a execução penal seja condicionada ao trânsito em julgado.

### **Decido.**

O recurso especial é tempestivo e comporta conhecimento.

Em primeiro grau, o Juiz condenou o réu por apropriação indébita previdenciária e sonegação de contribuição previdenciária, por 29 vezes, em continuidade delitiva. A pena privativa de liberdade, fixada em 3 anos e 9 meses de reclusão, foi substituída por duas restritivas de direitos.

Foi deferido, na origem, efeito suspensivo ao recurso especial, para suspender a execução imediata das sanções substitutivas.

#### I. Tese de nulidade do acórdão

Sem razão o recorrente. **A técnica da fundamentação *per relationem* atende a exigência constitucional de motivação das decisões judiciais** e, *in casu*, além de fazer referência à sentença, o acórdão estadual está intercalado de considerações próprios do Tribunal, sem incorrer em violação dos arts. 489, § 1º e 1.021, § 3º, ambos do CPC.

Depois de transcrever e negritar as razões de decidir da sentença, constou que, a teor do caderno probatório, estava "demonstrado ser o réu o responsável pela administração e gerenciamento cotidiano da empresa" e que eventual co-administração do seu sogro, conquanto não comprovada de maneira incontroversa, "não inibe a responsabilização penal de Luiz Fernando. E "isso porque ele figura como sócio-administrador e há evidências suficientes de seu agir gerencial que, notoriamente, contemplava as decisões da área financeira, mormente o pagamento de tributos" (fls. 871-872).

Aplica-se à hipótese as Súmulas 83 e 568 do STJ, pois, a teor dos precedentes:

3. "É válida a utilização da técnica da fundamentação *per relationem*, em que o magistrado se utiliza de trechos de decisão anterior ou de parecer ministerial como razão de decidir, desde que a matéria haja sido abordada pelo órgão julgador, com a menção a argumentos próprios, como na espécie, uma vez que a instância antecedente, além de fazer remissão a razões elencadas pelo Juízo natural da causa, indicou os motivos pelos quais considerava necessária a manutenção da prisão preventiva do réu e a insuficiência de sua substituição por medidas cautelares diversas" (RHC n. 94.488/PA, relator Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 19/4/2018, DJe 2/5/2018).

[...]

(HC 550.688/SP, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 10/03/2020, DJe 17/03/2020)

## **II. Negativa de autoria**

Consoante a moldura fática do aresto, o recorrente era o responsável pela administração e o gerenciamento cotidiano da empresa e há evidências de seu agir gerencial que, contemplava as decisões da área financeira (fls. 871-872).

O aresto estadual ressalta, dentre outros sinais, a utilização de interpostas pessoas e a formação de grupo econômico, como meio da prática delitiva, tudo a sinalizar o intuito deliberado de causar prejuízo ao sistema de arrecadação tributária. Testemunha ouvida em juízo destacou que os bens da empresa eram comumente usados para finalidade pessoal e Rafaella Batista afirmou que o acusado "entrou na empresa para trabalhar na parte administrativa", o que vai de encontro à alegação de que atuava apenas na gestão das obras. Além disso, sua formação pessoal, "como profissional e graduado em administração de empresas, evidenciam que tinha ciência jurídica das consequências jurídicas" (fl. 868) da fraude tributária.

Nesse contexto, não houve responsabilização penal objetiva e a pretensão do recurso especial, de atribuir a outrem a administração exclusiva da empresa, não se destina à mera reavaliação, mas avança para o reexame do caderno probatório, o que é vedado em recurso especial. Aplica-se, no ponto, a **Súmula n. 7 do STJ**.

## **III. Execução imediata das penas restritivas de direitos – impossibilidade**

Em relação ao início do cumprimento das reprimendas restritivas de direitos, socorre razão ao postulante.

Esta Corte Superior afirmou a impossibilidade da providência até o trânsito em julgado da condenação, ao julgar os EREsp n. 1.619.087/SC (Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, 3ª S., DJe 24/8/2017). A compreensão manifestada nos referidos embargos de divergência em recurso especial foi reafirmada pela

Terceira Seção deste Superior Tribunal em 24/10/2018, no julgamento do AgRg no HC n. 435.092/SP (Rel. Ministro Rogerio Schietti, Rel. p/ acórdão Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, DJe 26/11/2018).

Ademais, no dia 7/11/2019, o Supremo Tribunal Federal concluiu o julgamento das ADCs 43, 44 e 54. Por maioria de votos, o Plenário decidiu ser constitucional a regra do Código de Processo Penal que prevê o esgotamento de todas as possibilidades de recurso para o início do cumprimento da condenação. O art. 283 do CPP está em conformidade com a garantia prevista no art. 5º, LVII, da Constituição Federal.

Assim, está caracterizada a violação dos arts. 283 do CPP e 147 da LEP e é ilegal a determinação de execução imediata das penas restritivas antes do trânsito em julgado da condenação.

### **III. Dispositivo**

À vista do exposto, **conheço parcialmente do recurso especial e, nesta extensão, dou-lhe parcial provimento**, somente para reconhecer a impossibilidade de execução imediata das penas restritivas de direitos impostas ao recorrente antes do trânsito em julgado da condenação.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ  
Relator